



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE
MEDE23	Bioética e Ética Médica VI	Departamento de Patologia e Medicina Legal

CARGA HORÁRIA (estudante)						MODALIDADE/ SUBMODALIDADE	PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)
T	T/P	P	PP	PExt	E	TOTAL	
30		15				45	Disciplina teórica MEDD79 Bioética e Ética Médica I MEDD83 Bioética e Ética Médica II MEDD87 Bioética e Ética Médica III MEDD96 Bioética e Ética Médica IV MEDDE05 Bioética e Ética Médica V

CARGA HORÁRIA (docente)						MÓDULO	INÍCIO DA VIGÊNCIA							
T	T/P	P	PP	PExt	E	TOTAL	T	T/P	P	PP	PExt	E		
30		15				45	45		45					2021.2

EMENTA

Ética na atenção à saúde do idoso. Ética na atenção à saúde da mulher. Aspectos éticos na prática médica ginecológica e obstétrica. Ética na atenção à saúde do homem. Aspectos éticos na prática médica urológica. Aspectos éticos do atendimento psiquiátrico. Conflitos éticos sobre terminalidade em Medicina. Mortes biológica e social. Eutanásia, Ortotanásia e Distanásia. Prováveis estágios em pacientes terminais. Cuidados paliativos: características e aspectos éticos. Diretivas antecipadas de vontade. Diagnóstico de morte encefálica, aspectos éticos e legais. Morte encefálica e transplantes de tecidos e órgãos, aspectos éticos e legais. Documentos médicos requisitos técnicos e éticos.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Promover debates sobre temas com relevância ética relacionados às demais disciplinas do 8º semestre do curso de medicina, em especial à Obstetrícia, Psiquiatria e Urologia, bem como promover uma revisão sobre os diferentes tipos de documentos médicos e a importância de seu correto preenchimento, preparando o estudante para a entrada no Internado.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Discutir as principais características da reprodução humana, com enfoque nos aspectos éticos da reprodução assistida e da esterilização;

Refletir sobre as condições da assistência obstétrica no Brasil, suas peculiaridades em comparação com outros países, os exemplos de violência obstétrica e suas consequências, e os principais aspectos do Programa de Humanização do Parto;

Conhecer os procedimentos médicos relacionados às modalidades de abortamento legal no Brasil, através do conhecimento dos casos proibidos pelo Código Penal, bem como dos requisitos para os procedimentos nos casos de aborto necessário, aborto humanitário e da antecipação terapêutica do parto de feto anencefálico;

Entender o problema do abortamento ilegal no país, identificando a necessidade da discussão deste tema como uma questão de saúde pública e compreendendo as motivações os motivos que o tornam polêmico;

Abordar as principais características da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), a partir do enfoque nos aspectos éticos da assistência médica;

Refletir sobre as condições históricas, culturais e técnicas que levaram à adoção no Brasil da Reforma Psiquiátrica, compreendendo os argumentos contrários e a favor, com base na vivência dos acadêmicos no campo de prática da disciplina Psiquiatria.

---

---

Revisar as características e regulamentações dos principais documentos médicos.

---

---

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

---

---

1. Ética na atenção à saúde do idoso
    - 1.1. Estatuto do idoso: aspectos éticos e legais
    - 1.2. Autonomia do sujeito
  2. Ética na atenção à saúde da mulher
    - 2.1. Aspectos éticos na prática médica ginecológica
    - 2.2. Aspectos éticos na prática médica obstétrica
    - 2.3. Modelos de atenção ao parto: humanização do parto e do nascimento
    - 2.4. Reprodução humana
  3. Abortamento: aspectos jurídicos e éticos
  4. Ética na atenção à saúde do homem
    - 4.1. Aspectos éticos da atenção à saúde no homem e suas peculiaridades
    - 4.2. Aspectos éticos na prática médica urológica
  5. Aspectos éticos do atendimento psiquiátrico
    - 5.1. A reforma psiquiátrica no Brasil e no mundo
    - 5.2. Consequências da reforma psiquiátrica da atenção à saúde mental
  6. Conflitos éticos sobre terminalidade em Medicina
    - 6.1. Mortes biológica e social
    - 6.2. Eutanásia
    - 6.3. Ortotanásia
    - 6.4. Distanásia (Obstinação terapêutica)
  7. O paciente terminal: falência da Medicina?
    - 7.1. Prováveis estágios em pacientes terminais: Negação; Isolamento; Raiva; Barganha; Depressão; Aceitação.
  8. Diretivas antecipadas de vontade
    - 8.1. Modelos adotados
  9. Notícias difíceis
    - 9.1. Protocolo SPIKES
  10. Diagnóstico de morte encefálica
    - 10.1. Aspectos éticos e legais
    - 10.2. Morte encefálica e transplantes
    - 10.3. O corpo e o transplante de tecidos e órgãos
    - 10.4. Aspectos éticos e legais
  11. Cuidados paliativos
    - 11.1. Plano de vida
    - 11.2. Aspectos éticos
  12. Revisão das características éticas dos principais documentos médicos
  13. Treinamento prático na elaboração dos documentos médicos
- 
- 

### METODOLOGIA

---

---

Exposição dialogada sobre os aspectos éticos relacionados aos temas;  
Discussão sobre documentário “A Casa dos Mortos” de Débora Diniz;  
Painel integrado de textos sobre abortamento;  
Estudo dirigido de textos;  
Discussão em pequenos grupos;  
Oficina de elaboração de documentos médicos;  
Tarefas de assimilação de conteúdo.

---

---

### AVALIAÇÃO

---

---

Discussão de casos práticos;  
Avaliações somativas (duas provas).

---

---

### BIBLIOGRAFIA

---

---

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Conselho Federal de Medicina do Brasil. Resolução CFM nº 2.217/2018. Aprova o Código de Ética Médica. (Publicada no D.O.U. de 1º de novembro de 2018, Seção I, p. 179). Disponível em:

<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2018/2217>

\_\_\_\_\_ Resolução CFM nº 1.805/2006. Na fase terminal de enfermidades graves e incuráveis é permitido ao médico limitar ou suspender procedimentos e tratamentos que prolonguem a vida do doente, garantindo-lhe os cuidados necessários para aliviar os sintomas que levam ao sofrimento, na perspectiva de uma assistência integral, respeitada a vontade do paciente ou de seu representante legal. (Publicada no D.O.U. de 28 de novembro de 2006, Seção I, p. 169). Disponível em: <[http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2006/1805\\_2006.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2006/1805_2006.htm)>.

---

---

---

Resolução CFM nº 1.995/2012. Dispõe sobre as diretivas antecipadas de vontade dos pacientes. (Publicada no D.O.U. de 31 de agosto de 2012, Seção I, p. 269-70). Disponível em: <[http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/2012/1995\\_2012.pdf](http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/2012/1995_2012.pdf)>.

Resolução CFM 2.173/17. Define os critérios do diagnóstico de morte encefálica. (Publicada no D.O.U. de 15 de dezembro de 2017, Edição: 240, Seção:1, Página:50-275). Disponível em [www.saude.rs.gov.br/.../19140504-resolucao-do-conselho-federal-de-medicina-2173-](http://www.saude.rs.gov.br/.../19140504-resolucao-do-conselho-federal-de-medicina-2173-).

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Amarante P. Novos sujeitos, novos direitos: o debate em torno da reforma psiquiátrica. Cad. Saúde Públ., vol. 11, 1995

BRASIL. Decreto no. 9.175, de 18 de outubro de 2017. Regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento. (Publicada no D.O.U. de 05 de fevereiro de 1997). Disponível em: [www2.camara.leg.br/.../2017/decreto-9175-18-outubro-2017-785591-publicacaoorig](http://www2.camara.leg.br/.../2017/decreto-9175-18-outubro-2017-785591-publicacaoorig)>.

Ministério da Saúde. Humanização do parto e do nascimento. Brasília, 2014.

Conselho Federal de Medicina. Resolução CFM nº 1.638 de 2002.

Ministério da Saúde. Portaria nº 1.944 de 27 de agosto de 2009.

#### OUTRAS INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

Diniz D; Medeiros M. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. Ciência & Saúde Coletiva, vol. 15, 2010.

Estatuto do Idoso. Lei no. 10.741, de 10 de outubro de 2003. Disponível em:

[www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/Leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm)

Antequera JM et alii . Ética en Cuidados Paliativos. Fundación de Ciencias de la Salud. Madrid. Edición Ergon . C. Disponível em: [www.fcs.es/publicaciones/etica\\_cuidados\\_paliativos.html](http://www.fcs.es/publicaciones/etica_cuidados_paliativos.html)

Baile WF et alii. SPIKES – Um Protocolo em Seis Etapas para Transmitir Más Notícias: Aplicação ao Paciente com Câncer. The University of Texas MD Anderson Cancer center, Houston, Texas, USA;The Toronto-Sunnybrook Regional Cancer Center, Toronto, Ontario, Canada

Moritzl RD et al. II Fórum do “Grupo de Estudos do Fim da Vida do Cone Sul”: definições, recomendações e ações integradas para cuidados paliativos na unidade de terapia intensiva de adultos e pediátrica. Rev Bras Ter Intensiva. 2011; 23(1):24-29. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/rbti/v23n1/en\\_a05v23n1.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbti/v23n1/en_a05v23n1.pdf)>.

Conselho Federal de Medicina do Brasil. Resolução CFM nº 1.826/2007. Dispõe sobre a legalidade e o caráter ético da suspensão dos procedimentos de suportes terapêuticos quando da determinação de morte encefálica de indivíduo não-doador. (Publicada no D.O.U. de 06 de dezembro de 2007, Seção I, p. 133). Disponível em: <[http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/2007/1826\\_2007.htm](http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/2007/1826_2007.htm)>.

Kübler-Ross E. Sobre a morte e o morrer. O que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios pacientes. Tradução Paulo Menezes. 9ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes; 2008.

Santos OM. Sofrimento e dor em cuidados paliativos: reflexões éticas. Ver. bioét (Impr.) 2011; 19(3): 683-95. Disponível em: [http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/view/671/703](http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/671/703)

---

#### **Docentes Responsáveis à época da aprovação do programa:**

Nome: Victor Luiz Correia Nunes Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: Renée Amorim dos Santos Felix Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: Maria de Fátima Diz Fernandez Assinatura: \_\_\_\_\_

---

---